

PREGÃO ELETRÔNICO

90025/2026

CONTRATANTE (UASG)

MUNICÍPIO DE CASCADEL (987493)

OBJETO

Contratação de empresa para realizar manutenção preventiva e corretiva do elevador "Thyssengrupp, localizado no CAE - Centro de Atenção Especializada.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 11.277,16 (onze mil, duzentos e setenta e sete reais e dezesseis centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/05/2026 às 9h (horário de Brasília)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

www.gov.br/compras

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[maior desconto] por [por grupo]

MODO DE DISPUTA:

[aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

PREGOEIRA

ANA CAROLINE COTERLI HANK

DESIGNADA ATRAVÉS DO DECRETO Nº 19.917/2025

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
6. DA FASE DE JULGAMENTO	14
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
8. DOS RECURSOS	21
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	22
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	24
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25



MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

MUNICÍPIO DE CASCATEL/PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90025/2026

(Processo Administrativo nº 8404/2026)

Torna-se público que Município de Cascavel, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 76.208.867/0001-07, com sede no Centro Administrativo Municipal José Silvério de Oliveira, sito à Rua Paraná, nº 5.000, Centro, Cascavel-PR, por intermédio da Divisão de Licitações do Departamento de Gestão de Aquisições Públicas - Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa para realizar manutenção preventiva e corretiva do elevador “Thyssengrupp, localizado no CAE - Centro de Atenção Especializada**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema da sessão pública e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as contidas no **EDITAL**.

1.2. **A licitação será realizada em grupo único, formado por 02 itens, conforme tabela constante no Anexo 1 – Relação de Itens, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.**

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. **A participação neste Pregão é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de CascateL, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, e do § 1º do artigo 33 da Lei Complementar n.º 63, de 04 de setembro de 2009, e das justificativas apresentadas no Termo de Referência, anexo deste Edital.**

2.6. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. Observado o disposto no §1º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021 será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.8.8. agente público do órgão licitante;
- 2.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão licitante.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.15. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

3.16.1 O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item (Respeitado o limite de DUAS CASAS DECIMAIS para os centavos);

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência das contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no termo de referência.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou do Tribunal de Contas da União (quando forem utilizados recursos da União oriundos de transferências voluntárias) e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao

pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1%** (um por cento).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.21.3. Caso o empate persista, poderá, o agente de contratação/pregoeiro, proceder a realização de sorteio em sessão pública, assegurado a todos os interessados o direito ao acompanhamento desta.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão e serão observados os preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:

5.22.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro de Impedidos de Licitar, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6 e 3.6 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
 - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 6.12. Erros no preenchimento da proposta/planilha/documentos complementares não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta/planilha/documentos complementares poderá(ão) ser ajustada(s) pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos;

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

6.12.2. O Agente de Contratação/Pregoeiro oportunizará até 3 (três) vezes a possibilidade de correção sendo que, não sanados os erros dentro das oportunidades, será desclassificada a empresa.

6.12.3. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais. Quando for o caso, o percentual de acréscimo a ser exigido será determinado em documento anexo a este edital, denominado "Qualificação econômico-financeira".

7.4.2. No caso de participação de empresas reunidas em consórcio, além dos contratos sociais e da documentação referente à habilitação fiscal, social e trabalhista de todas as consorciadas, deverá ainda ser apresentado, junto aos documentos de habilitação, o Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, nos termos do inciso I do art. 15, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.4.2.1. Caso o consórcio sagre-se vencedor, deverá apresentar a constituição registrada no prazo de 10 (dez) dias úteis após o encerramento da sessão, prorrogável por igual período mediante solicitação justificada.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):
- 7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar condição atendida anterior à época da abertura do certame; e
- 7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.14.3. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro em decisão fundamentada.
- 7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.
- 7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.20. Documentos com prazo limite para consulta de autenticidade terão sua validade determinada como o período disponível para consulta.

7.20.1. Documentos sem prazo expresso de validade e/ou consulta de autenticidade serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da sua respectiva data de emissão, exceto se anexada legislação específica indicativa de prazo distinto.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://cascavel.atende.net>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021:
- 12.1.1 Por parte do licitante:
- I. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;
 - II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - d) Deixar de apresentar amostra;
 - e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - f) Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- g) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.2. Por parte do contratado:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Poderão ser aplicadas aos que incorrerem nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência;**
- II. **Multa:** de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor do contrato licitado ou celebrado, ou da parcela inadimplida, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade;
- III. **Impedimento de licitar e contratar;**
- IV. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.**

9.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração,

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação.

9.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.5. Todas as sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.6. As sanções previstas ao Contratado PODERÃO ser aplicadas também ao detentor de Ata de Registro de Preços, no que couber;

9.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Licitante/Contratado, observando-se o procedimento previsto no Decreto Municipal n.º 17.664/2023.

9.8. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrente deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

9.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial (<https://cascavel.atende.net>) e no sítio de realização da licitação no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

- E-mail: pregao@cascavel.pr.gov.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://cascavel.atende.net>.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

11.11. O download do aplicativo do Compras.gov poderá ser realizado acessando o endereço informado na folha inicial.

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.12.1. ANEXO I – Relação de Itens;
 - 11.12.1.1 Apêndice do ANEXO I - Modelo de proposta comercial
- 14.12.2 ANEXO II – Termo de Referência e Documento Complementar;
 - 14.12.2.1 Apêndice do Anexo II – Planilha de custos;
- 14.12.3 ANEXO III – Declaração de Interesse
- 14.12.4 ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato;
- 14.12.5 ANEXO V - Estudo Técnico Preliminar;
- 14.12.6 ANEXO VI - Mapa Comparativo de Preços;
- 14.12.7 ANEXO VII - Portaria de Fiscalização.

Cascavel, 28 de abril de 2026.

ALI HASSAN HAIDAR
Secretário Municipal de Saúde

CASCADEL

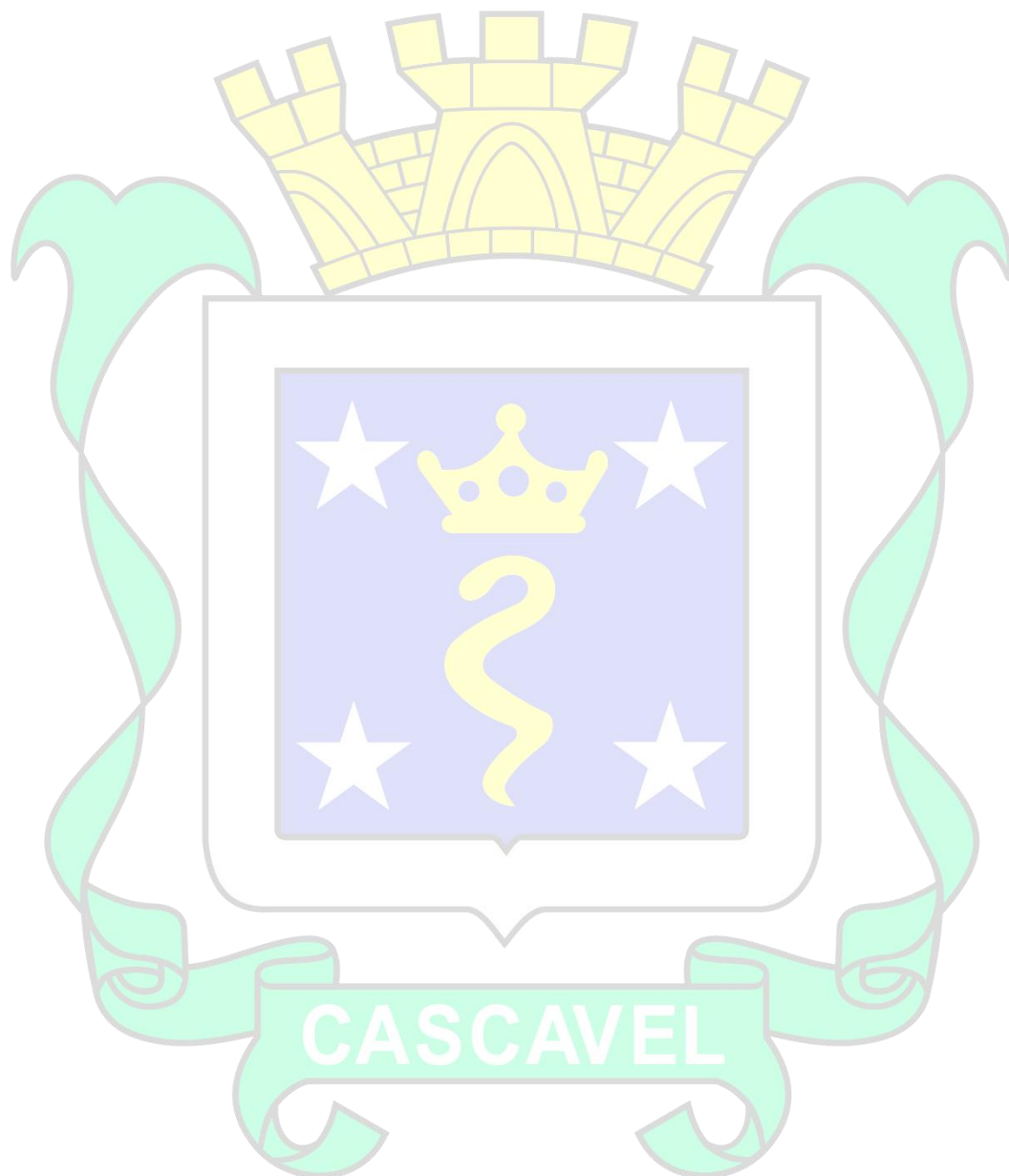
ANEXO I - RELAÇÃO DE ITENS

LOTE EXCLUSIVO PARA EMPRESAS ME/EPP/MEI

SEDIADAS NA CIDADE DE CASCADEL/PR

LOTE 1					
ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO MÁXIMO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	12	MÊS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA ELEVADOR DE PASSAGEIROS COM 4 PARADAS E CAPACIDADE DE ATÉ 600 KG, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA.	481,43	5.777,16
2	1	UND	GASTOS COM EVENTUAIS SUBSTITUIÇÕES DE PEÇAS E COMPONENTES PARA MANUTENÇÃO DE ELEVADOR.	5.500,00	5.500,00
Valor total do lote 1: R\$ 11.277,16 (onze mil, duzentos e setenta e sete reais e dezesseis centavos)					
Valor Total Geral: R\$ 11.277,16 (onze mil, duzentos e setenta e sete reais e dezesseis centavos)					

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES



MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA PROPONENTE]

CNPJ nº: [xx.xxx.xxx/0001-xx]

Endereço: [Rua, número, bairro, cidade, UF]

Telefone: [xx] xxxx-xxxx | E-mail: [contato@empresa.com.br]

À

[Nome do Órgão/Entidade]

[Endereço completo do órgão]

GRUPO 01

Item	Qtde	Apres.	Descritivo	Vlr. Máximo	Desconto aplicado sobre as peças	Vlr. Unit.	Valor Total
1	12	MÊS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA ELEVADOR DE PASSAGEIROS COM 4 PARADAS E CAPACIDADE DE ATÉ 600 KG, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA.	500,00	10%	450,00	5.400,00
2	1	UND	GASTOS COM EVENTUAIS SUBSTITUIÇÕES DE PEÇAS E COMPONENTES PARA MANUTENÇÃO DE ELEVADOR.	5.500,00	10%	-	5.500,00

Validade da Proposta:

[Ex: 90 dias a contar da data de sua apresentação]

Prazo de Entrega:

[Ex: até XX dias úteis após emissão da ordem de fornecimento]

Condições de Pagamento:

[Ex: conforme edital / em até XX dias após atesto e liquidação da nota fiscal]

Declaração:

Declaramos que os preços ofertados Incluem todos os encargos, tributos, frete e demais custos incidentes sobre o objeto, estando em conformidade com as disposições legais, especialmente a Lei ns 14.133/2021.

[Local], [Data].

ASSINATURA

227

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS COM E SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, OBRAS E SERVIÇOS
DE ENGENHARIA, EXCETO TIC



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASCATEL

(Processo Administrativo nº 8404/2026)

TERMO DE REFERÊNCIA

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do elevador Thyssenrupp, localizado no CAE – Centro de Atenção Especializada, nos termos da requisição anexa, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
01	1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE ELEVADOR	16691	UND	12	481,43	5.777,16
	2	GASTOS COM EVENTUAIS SUBSTITUIÇÕES DE PEÇAS E COMPONENTES PARA MANUTENÇÃO DE ELEVADOR	630774	UND	1	5.500,00	5.500,00

Valor Total R\$ 11.277,16

22.1

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2 O(s) serviço(s) objeto desta contratação é caracterizado como **serviço comum de engenharia**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação e condições do objeto quanto ao modelo de execução

1.3 O serviço é enquadrado como continuado.

1.3.1 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é um serviço essencial para segurança das pessoas e bom funcionamento do elevador localizado no CAE, devendo ser executado mensalmente, sendo a vigência *anual* mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

Prazo de vigência

1.4 O prazo de vigência da contratação é de **12 [doze] meses** contados do(a) **data de assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1 Considerando que o imóvel na onde está localizado o elevador em questão é locado, caso o contrato de aluguel do imóvel seja encerrado, a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva poderá ser encerrada conjuntamente, sendo o contrato encerrado pela CONTRATANTE de forma unilateral.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026** (intenção 401/2026), conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 O serviço de manutenção deverá ser realizado em elevador do tipo informado a seguir:

Nº	Equipamento	Fabricante	Linha	Destinação	Capac. (Kg)	Paradas	Velocidade
143213	Elevador	ThyssenKrupp	FDN	RES	600	4	60,00 (m/min)

4.2 Os serviços de manutenção preventiva poderão ser realizados concomitantemente com os serviços de manutenção corretiva.

4.3 Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação, como equipamentos necessários à execução dos trabalhos, além dos encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe, ainda, a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer

23_U

acidentes que possam vir a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, bem como por quaisquer danos, imperícia, negligência, imprudência, desrespeito ou prejuízos porventura causados a terceiros e ao Contratante pelos mesmos.

4.4 Os serviços deverão ser executados em dias úteis, no horário de expediente comercial, com plantões diários para manutenção corretiva até as 19 (dezenove) horas.

4.5 Para chamadas de **urgência** o técnico deverá comparecer no prazo máximo de 01 (uma) hora após a chamada e em caso de passageiro preso, o atendimento deverá ser **imediatamente** após o chamado.

4.6 Os funcionários da contratada deverão estar aptos, conforme normas de segurança do trabalho, utilizando equipamentos de segurança adicionais fornecidos pela empresa, de acordo com a necessidade.

4.7 Os funcionários da contratada deverão estar uniformizados e identificados quando da prestação do serviço.

4.8 Emitir mensalmente Relatório Técnico dos serviços realizados, devendo enviá-lo ao fiscal de contrato, vinculando este ao pagamento mensal acertado.

4.9 Instruir, quando necessário, funcionários do CAE quanto à operação das máquinas e equipamentos, com vistas a obter melhor produtividade, durante a vigência do contrato.

4.10 Sinalizar ou isolar (conforme o caso) convenientemente, durante as manutenções preventivas e/ou corretivas, o local, a área ou o equipamento, objetivando a segurança dos funcionários, dos servidores do Contratante ou terceiros, bem como adotar todas as medidas preventivas de acidentes recomendadas pela legislação vigente.

4.11 SUSTENTABILIDADE

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.11.1 Sustentabilidade Ambiental

A sustentabilidade ambiental na prestação de serviços de manutenção de elevadores pode envolver impactos no meio ambiente, reciclagem quanto ao consumo de energia impactos significativo que essa atividade pode ter no meio ambiente. Aqui estão alguns pontos importantes a considerar:

- a) Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizáveis e biodegradáveis.
- b) Sempre que possível os componentes antigos ou danificados devem ser reciclados corretamente em vez de descartados em aterros sanitários.
- c) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber.
- d) A contratada deverá empregar materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental.
- e) O descarte de peças e materiais devem estar em observância à política de responsabilidade socioambiental do órgão.
- f) Instalação de energia renovável, se possível, como painéis solares e afins.

24-U

g) Observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

h) Observar e seguir o que determina o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, no que couber.

4.11.2 Sustentabilidade Social

a) A importância da sustentabilidade social consiste no reconhecimento de que o desenvolvimento sustentável não se trata somente de proteger o meio ambiente, mas também à promoção do bem-estar do ser humano e à equidade social. Sendo assim, a sustentabilidade social visa garantir que todas as pessoas tenham acesso igualitário a recursos, oportunidades e direitos básicos, promovendo assim uma sociedade mais justa e inclusiva em relação aos atendimentos realizados à população no Centro de Atendimento Especializada, o qual atende idosos, pacientes com comorbidades ou com necessidades especiais, pacientes estes que utilizam o elevador como meio de transporte aos andares superiores.

b) A empresa CONTRATADA deverá buscar capacitar os técnicos de manutenção sobre práticas sustentáveis e incentivar a conscientização ambiental, a qual pode levar a uma abordagem mais responsável e ecoeficiente por parte dos colaboradores na realização das suas atividades laborais.

c) Disponibilização de lote exclusivo para MEI/ME/EPP, com intuito de fomentar o crescimento sustentável das empresas participantes e promover a geração de empregos a longo prazo;

25)

d) Deve ser priorizado no emprego do serviço licitado, materiais, equipamentos de origem local, para a execução e manutenção.

e) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços, buscando evitar acidentes de trabalho.

f) Incentivar o uso consciente do elevador, como preferir escadas para distâncias curtas com intuito de contribuir com a redução do consumo de energia.

g) Promover a conscientização sobre a importância da eficiência energética e das práticas sustentáveis em edificações para criar uma cultura mais responsável em relação ao uso de elevadores e à preservação do meio ambiente.

h) Promover acessibilidade e a inclusão de pessoas com mobilidade reduzida.

4.11.3 Sustentabilidade Econômica

a) Os serviços deverão ser planejados e executados visando à economia da manutenção e operacionalização, na redução do consumo de energia, bem como na utilização de equipamentos e materiais, que reduzam o impacto ambiental.

b) Realização de manutenção preventiva com intuito de manter os equipamentos em funcionamento satisfatório e evitar a geração de custos decorrentes da necessidade de manutenções corretivas.

c) Se prevenir contra a possibilidade de sanções administrativas e financeiras decorrentes da falta de acessibilidade à população com mobilidade reduzida decorrentes da paralisação do elevador.

25.0

d) Uma vez que o bem se encontra imobilizado nas dependências do imóvel locado pelo Município, estando este incorporado no valor do imóvel e ao valor pago referente ao aluguel mensal, se torna necessário o serviço de manutenção preventiva e corretiva com intuito de manter o elevador sempre em funcionamento para utilização dos pacientes e servidores, se necessário, pois, caso contrário, o Município estaria pagando por um bem sem a sua devida utilização, onerando, deste modo, à Administração e não utilizando os recursos financeiros de forma eficiente e sustentável.

Subcontratação

4.12 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.13 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.14 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, sendo facultado à empresa interessada em participar desta contratação realizar vistoria para melhor elaboração de sua proposta, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08:30 horas as 12:00 horas e das 14:00 horas as 16:30 horas, com agendamento através do número de telefone do CAE (45) 3902-1148, com prazo máximo de 2 (dois) dias úteis anteriores, contados da data marcada para a sessão pública.

4.15 Não serão aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições e do local de execução dos serviços.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 Início da execução do objeto: **05 dias corridos** do recebimento da nota de empenho.

Envio de Orçamento Prévio

5.2 A CONTRATADA deverá encaminhar previamente à CONTRATANTE o orçamento detalhado para execução da manutenção em até 24 (vinte e quatro) horas, contendo a descrição de todos os serviços a serem prestados, bem como os insumos e peças que eventualmente serão utilizados.

Análise e Aprovação do Orçamento

5.3 Quando a execução de manutenção corretiva ou preventiva implicar na necessidade de substituição de peças, a contratada deverá encaminhar ao fiscal do contrato e/ou ao servidor designado pela SESAU, no mínimo 02 (dois) orçamentos referentes às peças a serem substituídas, sendo um orçamento emitido pela CONTRATADA já com a inclusão do desconto concedido na licitação, se este for o caso, e outro orçamento emitido por uma terceira empresa para comprovação dos valores praticados no mercado.

5.4 Após o recebimento do orçamento, caberá à Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Equipe de Fiscalização de Contrato, procederá com a análise técnica e administrativa da proposta, podendo aprová-la, rejeitá-la ou devolvê-la à CONTRATADA para ajustes em até 48 (quarenta e oito) horas, no exercício de sua discricionariedade administrativa e em conformidade com o interesse público.

5.5 A Administração poderá, como critério complementar de análise, adotar o cálculo da média dos valores válidos ou considerar o menor valor orçado, desde que devidamente justificada a sua exequibilidade e compatibilidade com os preços de mercado, especialmente nos casos em que houver uma discrepância superior a 50% (cinquenta por cento) entre os orçamentos apresentados e o menor valor cotado.

26-11
5.6 Caberá ao fiscal do contrato e/ou ao servidor designado proceder à análise dos orçamentos apresentados, especialmente quanto à compatibilidade do menor valor com os preços praticados no mercado. Verificada a conformidade, será autorizada a execução do serviço.

5.7 Na hipótese de não aprovação dos orçamentos apresentados, o fiscal do contrato ou servidor designado deverá formalizar a devolutiva à contratada, acompanhada de orçamento referencial obtido pela SESAU, para fins de readequação dos valores propostos, de modo a compatibilizá-los com os preços de mercado.

5.8 Após a devida readequação, a contratada deverá reapresentar os orçamentos, os quais serão submetidos à análise e aprovação da Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio do setor responsável.

Execução e Agendamento dos Serviços

5.9 A execução dos serviços deverá ocorrer no prazo e no cronograma previamente acordados com a CONTRATANTE, de forma a não interferir no funcionamento das atividades institucionais da Secretaria. Eventuais alterações deverão ser justificadas pela CONTRATADA e aprovadas previamente pela fiscalização designada.

Local e horário da prestação dos serviços

5.10 Os serviços serão prestados no seguinte endereço: R. Pernambuco, 188 - Centro, Cascavel - PR, CEP 85810-020.

5.11 Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda a sexta-feira, entre às 8h00 e 17h00.

Rotinas a serem cumpridas

5.12 É de responsabilidade da CONTRATADA a realização de avaliação técnica detalhada do estado dos equipamentos, com identificação das necessidades de

manutenção preventiva e/ou corretiva, servindo este diagnóstico como base para a elaboração do orçamento e a execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.12.1 Manutenção Preventiva

A manutenção preventiva refere-se aos procedimentos realizados periodicamente para evitar falhas ou defeitos em qualquer equipamento, os quais deverão serem realizados mensalmente no elevador, independentemente de chamados técnicos de emergência e deverá ser efetuada mesmo que já tenha ocorrido qualquer manutenção corretiva no mesmo período, procedendo-se a inspeção, testes e lubrificação e, se necessário, regulagem e pequenos reparos, a fim de proporcionar funcionamento eficiente e seguro.

5.12.1.1 Frequência de Execução

- Elevadores de Passageiros: manutenção mensal;
- Inspeção visual e funcional dos componentes principais, conforme normas;
- Lubrificação de partes móveis;
- Verificação e ajuste de sistemas de controle e segurança.

5.12.2 Manutenção Corretiva

Deverá ser atendido com presteza qualquer chamado para regularizar anormalidades de funcionamento. A manutenção corretiva tem como objetivo reparar todos os defeitos, falhas e irregularidades detectadas, restabelecendo o pleno funcionamento dos equipamentos. Isso inclui a substituição de peças defeituosas e faltantes. A necessidade dessa manutenção pode surgir de problemas mecânicos, elétricos, desgaste natural do equipamento ou manuseio inadequado pelo usuário.

A manutenção corretiva atenderá às solicitações do contratante quantas vezes forem necessárias, sem custo adicional, sempre que houver paralisação do equipamento, funcionamento inadequado, ou necessidade de

27.0
recuperação, substituição de peças, ou correção de defeitos que prejudiquem o funcionamento dos equipamentos.

5.12.2.1 As Principais Características da Manutenção Corretiva Incluem

- Atendimento rápido a chamados, com tempo máximo de resposta de 24 (vinte e quatro) horas;
- Substituição de peças danificadas ou desgastadas conforme normas;
- Reparo de componentes elétricos, eletrônicos e mecânicos.

5.12.3 Atendimento Emergencial:

- Disponibilidade até as 19:00 horas de segunda a sexta-feira;
- Tempo máximo de resposta para atendimentos emergenciais;
- Imediato com pessoas presas em seu interior;
- Uma hora sem pessoas presas em seu interior.

5.12.4 Relatórios Técnicos

- Elaboração de relatórios/fichas técnicas após cada visita de manutenção;
- Registro de atividades realizadas, problemas identificados e medidas adotadas.

5.12.5 Peças de Reposição e Componentes

A execução será realizada conforme a necessidade identificada e autorizada pela fiscalização, após aprovação do orçamento apresentado pela Empresa. As seguintes diretrizes devem ser observadas:

- Apresentar um relatório detalhado explicando a necessidade de substituição;
- Utilização de peças originais ou de qualidade equivalente;
- Corrigir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os serviços

28 J

que, após a entrega e aceite, venham a apresentar defeitos durante o prazo de garantia do fabricante.

Materiais a serem disponibilizados

5.13 Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.14 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.15 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, observado o disposto no Decreto Municipal nº 17.872/2023.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

281
6.4 O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6 Não será necessária a designação de um preposto considerando que o a prestação do serviço será realizada mensalmente sem caráter de mão de obra exclusiva.

Fiscalização

6.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.8 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.9 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.10 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.11 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.12 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.13 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.14 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.15 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.16 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de

29_U
serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

30

6.22 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 Considerando que a contratação se dará por preço unitário, não será utilizado para a presente contratação Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

Recebimento

7.2 O objeto desta contratação será entregue de forma **parcelada, mensalmente**, no endereço apresentado nos autos deste processo;

7.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

30-V

7.6 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.8.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

31

7.8.4 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.10.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

30-V

7.10.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.10.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.10.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.14 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **8 (oito) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção,

32

prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.15 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.18 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.19 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.19.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.19.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.20 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.24 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **15 (quinze) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.25 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.26 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.27 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.30 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

Cessão de Crédito

7.31 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.31.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.31.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.31.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.31.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.32 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador

7.33 Considerando o caráter do objeto, não será necessário Conta-Depósito.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO POR GRUPO**.

8.1.1 O desconto concedido sobre os itens peças (item 02), deverá ser expressamente registrado na Nota Fiscal, tendo como base a tabela referencial adotada pela Administração ou, na ausência desta, sobre o preço médio praticado no mercado ou pelo menor preço cotado, devidamente justificado por pesquisa de preços realizado pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE de forma complementar, em conformidade com o disposto no art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme previsto neste termo e/ou Estudo Técnico Preliminar.

8.1.2 A proposta de preços deverá ser apresentada conforme o modelo estabelecido anexo ao Termo.

8.1.3 Justificativa para Aglutinação de Itens

A aglutinação dos itens neste processo justifica-se por conta do caráter do objeto, onde a empresa prestadora do serviço deverá avaliar e orçar eventuais despesas com peças, a qual também será a responsável pela substituição de peças defeituosas e que possam colocar em risco o funcionamento do elevador e a segurança das pessoas, conforme justificativas a seguir:

a) Natureza Indissociável do Objeto

A prestação dos serviços está diretamente vinculada ao fornecimento das peças, de modo que ambos constituem um único e complexo objeto

técnico-operacional. A separação em itens comprometeria a adequada execução contratual, uma vez que haveria risco de incompatibilidade entre peças fornecidas por um fornecedor e os serviços prestados por outro.

b) Maior Eficiência na Gestão Contratual

A contratação por lote facilita a administração do contrato, reduzindo a necessidade de múltiplos fiscalizadores e otimizando a comunicação com o fornecedor responsável, além de garantir maior controle e padronização na execução dos serviços e fornecimento dos materiais.

c) Evita Riscos de Execução Fragmentada

A divisão do objeto em itens distintos pode gerar prejuízos à eficiência e continuidade dos serviços, dificultando a responsabilização por falhas ou atrasos, especialmente em casos que exijam agilidade na substituição de peças e realização de manutenções urgentes.

d) Economia de Escala e Proposta Mais Vantajosa

A contratação por lote permite ao licitante planejar de forma integrada os custos de peças e serviços, podendo oferecer proposta mais vantajosa à Administração Pública, além de garantir maior competitividade entre os participantes.

e) Previsão Legal

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 32, §1º, permite expressamente a adoção de julgamento por lote quando tecnicamente justificado, como no presente caso, em que se demonstra a interdependência técnica e funcional entre os serviços e os materiais a serem fornecidos.

8.1.3.1 Da Conclusão

Dessa forma, diante dos aspectos técnicos, operacionais e legais, resta plenamente justificada a adoção do critério de julgamento

35

por grupo, em atendimento ao interesse público, à economicidade e à eficiência da contratação.

8.2 O fornecimento do objeto será **parcelado**.

Regime de Execução

8.3 O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço unitário**.

8.3.1 O regime de execução do contrato será a empreitada por PREÇO UNITÁRIO pela possibilidade de prorrogação de contrato, considerando que o objeto possui caráter continuado e também devido ao fato que a contratação se dará pelo valor pago a contratada pelo serviço realizado mensalmente referente à manutenção preventiva e corretiva, além das peças efetivamente substituídas que se fizerem necessárias, as quais serão adquiridas somente mediante demanda. Deste modo, a opção pelo regime de empreitada por preço unitário é a mais adequada, pois as peças em questão e a quantidade de peças a serem substituídas, é uma variável que não pode ser precisamente prevista no momento da contratação, deste modo, a empreitada por Preço Unitário garante que os pagamentos sejam ajustados conforme o serviço efetivamente realizado.

8.4 DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MEI/ME/EPP

8.4.1 A exclusividade para esta contratação encontra amparo no art. 4º, I, da Lei Complementar 112/2020, considerando também que há ao menos 03 (três) empresas nos regimes citados acima no Município de Cascavel.

8.5 CRITÉRIOS DE DESEMPATE NAS PROPOSTAS

8.5.1 Caso ocorra empate nas propostas, conforme Art. 60, inciso II, da Lei 14.133/2021:

Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

35 V

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

8.6 O prazo de validade da proposta será de no mínimo 03 (três) meses.

8.6.1 Tendo como base o histórico de licitações realizadas no Município de Cascavel, estipula-se o prazo de 03 (três) meses de validade da proposta como um período adequado para esta contratação, visto que o tempo de tramitação de licitações para este tipo de objeto dura cerca de três meses até a sua finalização.

8.7 DO EQUIPAMENTO

O elevador está instalado no Edifício: Dayane Cristinna da Silva, endereço: Rua Pernambuco, Nº 188, Centro, Cascavel/PR.

8.7.1 Características

- Quantidade: 01
- Capacidade: 600 kg ou 8 pessoas
- Velocidade nominal: 60 m/min ou 1,00 m/s
- Número de paradas: 4
- Número de entradas: 4
- Pavimentos: -1, 0, 1, 2
- Destinação: Residencial
- Passageiros
- Percurso Total: 9,2 M

8.7.2 Dimensões básicas da caixa de corrida:

- Dimensões Internas. Largura: 1,7 m
- Profundidade: 1,95 m
- Última Altura: 3,82 m
- Profundidade De Poço: 1,3 m

8.7.3 Linha

- Frequencedyne: Acionamento em corrente alternada com variação de voltagem e variação de frequência (V.V.V.F.)
- **Estratégias De Atendimento:**
- Automático coletivo Seletivo na descida

8.7.4 Cabina

- One: Painéis em chapa de aço inoxidável, com acabamento polido e escovado. Subteto em acabamento branco com iluminação LED.
- Dimensões Nominais (LxPxH): 1,1 x 1,4 x 2,2 m.
- Piso: Rebaixado em 30 mm para acabamento por conta do(a) comprador(a).

8.7.5 Porta da Cabina:

- Tipo: Abertura Lateral Direito.
- Operador De Porta: Corrente alternada com variação de voltagem e variação de frequência (V.V.V.F.)

8.7.6 Pavimento:

- Porta de pavimento: Dimensões (LxH): 0,80 x 2,00 m.
- Tipo: abertura lateral direito

8.7.7 Acabamento

- Pintado cinza marco largo

8.7.8 Sinalizações

- Botões de chamada de cabina, botões de chamada de pavimento, indicadores de posição e direção do elevador na cabina e indicadores de posição e direção do elevador nos pavimentos todos na cor azul.

8.7.9 Características gerais do grupo 1

- Synergy one.

9 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.2.4 Multa:

9.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,07%** (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

9.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5%** (zero, cinco por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

9.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5%** (zero, cinco por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

9.2.4.5 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5%** (zero, cinco por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

9.2.4.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5%** (zero, cinco por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

9.2.4.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5%** (zero, cinco por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação
[, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

37.0

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não

30
cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

- 9.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.9.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 9.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 9.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

38-1
9.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Exigências de habilitação

9.15 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.16 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.17 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.18 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.19 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:

inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.20 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.21 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.22 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.23 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.24 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

39-1
9.25 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.26 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.27 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.28 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.29 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.30 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.31 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.32 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de

40 J
declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.33 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

A exigência de qualificação técnica justifica-se pela alta relevância do objeto, visto que os elevadores são equipamentos de transporte vertical que envolvem risco direto à integridade física de servidores, usuários e terceiros. A necessidade de manutenção preventiva mensal e corretiva imediata objetiva garantir o perfeito funcionamento, a acessibilidade e a continuidade das atividades no CAE, exigindo empresa com capacidade comprovada e profissionais habilitados (CREA), conforme legislação de segurança e normas técnicas vigentes (ABNT/NBR). Sendo assim, a Licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar as seguintes documentações:

9.34 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.34.1.1 Ter realizado manutenções preventivas e corretivas em elevadores de marca/modelo equivalente ou superior ao localizado no imóvel locado pelo Município.

9.34.1.2 Ter prestado serviços do objeto desta contratação em elevadores com capacidade mínima de 600 kg e no mínimo 4 (quatro) paradas;

9.34.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.34.3 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.34.4 Justificativa do Pedido de Atestado de Capacidade Técnica

Buscando justificar o pedido de capacidade técnica como forma de qualificação técnica com o intuito de resguardar o Município e aos usuários do SUS que são atendidos no CAE, informamos que a presente solicitação não se trata de uma mera exigência formal, conforme dispõe no art. 12, inciso III da lei 14.133/21, mas sim de uma medida necessária para que o Município de Cascavel possa contratar empresas de procedência, de tal modo que possa realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da melhor forma possível, e, com isso, reduzir/afastar riscos à vida das pessoas e também prejuízos desnecessários decorrentes da má execução do serviço prestado pela empresa CONTRATADA.

9.35 CERTIFICADO DE REGISTRO DA EMPRESA JUNTO AO CREA

9.35.1 Apresentar certificado de registro da empresa junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) conforme os Art. 6º e Art. 89, inciso II, da Resolução nº 336/1989 do CONFEA (Conselho Nacional de Engenharia e Agronomia), com validade na data da apresentação das

40

propostas. Se possuir sede em outro Estado da Federação, deverá apresentar visto do CREA/PR no momento da execução do contrato.

9.35.2 Justifica-se a solicitação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica (PJ) junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) tendo por fundamento a obrigatoriedade legal a necessidade de regularidade técnica da empresa para atuar no mercado de engenharia, agronomia, geologia, geografia ou meteorologia.

9.36 CERTIFICADO DE REGISTRO DE PROFISSIONAL JUNTO AO CREA, CONFORME ART. 6º E ART. 8º, INCISO II, DA RESOLUÇÃO Nº 336/1989 DO CONFEA (CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA)

9.36.1 A exigência de certificado de registro do profissional de nível superior responsável técnico da empresa junto ao CREA está prevista na legislação referente ao exercício das profissões que possuem atribuição para desempenhar as atividades relacionadas a obras e serviços técnicos profissionais e basicamente, a pessoa jurídica não pode desenvolver qualquer atividade sem a participação da pessoa física, representada pelos profissionais devidamente credenciados;

9.36.2 Entre a legislação que trata desse assunto, cita-se os Art. 1º, 6º, 7º e 8º da Lei nº 5.194/1966, que regulamenta o exercício das profissões de engenheiro e engenheiro agrônomo; os Art. 1º e 3º da Lei nº 6.496/1977, que institui a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART); os Art. 2º e 3º da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, que dispõem sobre a ART e o Acervo Técnico Modelo de Estudo Técnico Preliminar – Lei nº 14.133/21 5 Versão: Maio/2024 Profissional; os Art. 6º e 8º da Resolução CONFEA nº 336/1989, que dispõem sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais;

Disposições gerais sobre habilitação

9.37 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.38 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.39 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.40 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.41 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.42 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.42.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da

42

sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.42.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.42.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.42.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.42.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.42.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.42.6.1 ata de fundação;

9.42.6.2 estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.42.6.3 regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.42.6.4 editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.42.6.5 três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.42.6.6 ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.42.6.7 última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 11.277,16** (onze mil, duzentos e setenta e sete reais e dezesseis centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1** acima e no **Mapa Comparativo de Preços**.

42-V

10.1.1 A CONTRATANTE realizará o pagamento condicionado ao serviço realizado mensalmente e aos eventuais valores gastos com trocas de peças que se fizerem necessários, não sendo obrigatório à CONTRATANTE efetivar o consumo total do quantitativo previsto no contrato.

10.2 Foi utilizado como valor de referência a média aritmética das pesquisas válidas para o item 01, pois com este método é possível identificar uma melhor realidade dos preços praticados no mercado, a qual encontra-se destacadas no Mapa Comparativo;

10.3 Foi utilizado o Menor Preço para o item 02, visto que apenas uma empresa enviou orçamento para este item, sendo desnecessário a aplicação de média aritmética.

10.4 Foi aplicado o limite de 60% em relação ao menor preço ofertado, buscando evitar itens com sobrepreço ou inexequíveis por apresentarem valores incompatíveis com a realidade do mercado, e, conseqüentemente prejudicar a competitividade do certame;

10.5 Na coluna de percentual de variação é apresentado a porcentagem em que a média aritmética ficou abaixo ou acima do limite de 60% pré-estabelecido, e, caso esteja positivo, indica que o valor de média aritmética ficou abaixo do limite estabelecido;

10.6 O valor de R\$ 260,65 foi desconsiderado por se demonstrar supostamente inexequível, visto que a empresa RPM Elevadores, atual contratada pelo Município para este serviço, enviou um orçamento com preço estimado de R\$ 320,00, indicando um possível aumento no preço de mercado para este serviço;

10.7 O valor referente ao possível gasto com peças, incluído no processo como item 02, foi levantado pelo Setor Requisitante, o qual utilizou como base os orçamentos emitidos pela empresa RPM para realização da troca de peças no ano de 2025, onde apenas uma empresa enviou orçamento para este item, sendo ela a empresa TKE Elevadores, conforme consta no Mapa Comparativo.

10.8 DA PLANILHA DE CUSTOS

10.8.1 Quanto à apresentação de orçamento detalhado em planilha que expresse a composição de todos os custos unitários, esclarecemos que os orçamentos foram obtidos de contratações públicas, sites especializados e de empresas especializadas buscando encontrar o valor praticado no mercado, onde tais empresas optaram por não encaminhar a planilha de custos.

10.8.2 Além do item citado anteriormente, informamos que além de não dispormos dos custos detalhados, a SESAU também não possui em seu quadro de servidores equipe tecnicamente qualificada para tal detalhamento, tão pouco nossos servidores receberam algum tipo treinamento e/ou documentos específicos que instruem e/ou regulamentem as regras para o correto preenchimento do documento para o objeto desta contratação.

10.8.3 O modelo de planilha de custos para este serviço encontra-se anexo ao termo de referência, a fim de ser solicitada da empresa licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar na fase de análise da proposta, sendo esta solicitada pelo Pregoeiro no momento oportuno.

11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

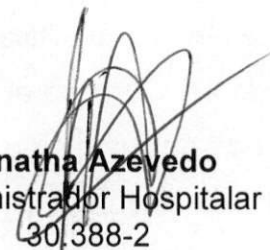
- I) *Gestão/unidade:* 08.001.001 - SESAU - Secretaria Municipal de Saúde;
- II) *Fonte de recursos:* Dotação 292 e 284
- III) *Programa de trabalho:* Ação 2036;
- IV) *Elemento de despesa:* 333903917– *Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos e 333903025 - Material para manutenção de bens móveis.*

11.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.


12 DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Cascavel/PR, 26 de Fevereiro de 2026.


Jonatha Azevedo
Administrador Hospitalar
30.388-2
Emissor


Daiana Cristina Alves
Gerente de Divisão
20.623-1


Ali H. Haidar
Secretário Municipal de Saúde

44

ANEXO I

(Processo Administrativo n.º 8404/2026)

1. Considerando as opções abaixo, deve ser analisado pela Unidade requisitante e definido uma das duas redações para serem utilizadas:

Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.”

- 1.1 Informamos que, na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte PODERÃO se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

2. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Quinta – ‘PREÇO’, a opção por manter ou suprimir a redação abaixo:

“O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.”

- 2.1 Informamos que o contrato deverá ser firmado pelo VALOR ESTIMATIVO a ser pago à contratada.

3. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR qual exige, em sua Cláusula Sétima – ‘REAJUSTE’, a indicação do(s) índice(s) de reajuste dos preços inicialmente contratados, após o interregno de um ano;

- 3.1 Informamos que o índice a ser adotado será o IPCA -IBGE.

4. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, informamos, quanto à GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL prevista em sua Cláusula Décima, que:

- I. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

5. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Décima Segunda a previsão da EXTINÇÃO CONTRATUAL, informamos que deverá constar, no instrumento contratual, a seguinte redação:

- 5.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

- 5.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

- 5.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DOCUMENTO COMPLEMENTAR AO TERMO DE REFERÊNCIA

decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

6. Por fim, relacionamos abaixo os servidores designados para exercerem as funções e atribuições especificadas no Decreto Federal nº 17.872/2023 neste processo:

Função	Servidor	Matrícula	Secretaria/Setor
Fiscal de contrato	Luana Orlandini da Nóbrega	29.999-1	CAE
Suplente de fiscal de contrato	Mara Lucia Renostro Zachi	20377-2	SESAU
Gestor(a)	Alana Meira Reichert	30.388-2	SESAU
Suplente de Gestor(a)	Silvana Machiavelli	12.234-1	SESAU

Cascavel, 25 de Fevereiro de 2026.

Elaborado por:

Jonatha Azevedo
Administrador Hospitalar

Ciente,

Ali H. Haidar
Secretário de Saúde

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE INTERESSE

Ao Município de Cascavel/PR
Ref.: Pregão Eletrônico nº ____/2026

Eu, [Nome completo], representante legal da empresa [Nome da empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [Número do CNPJ], com sede em [Endereço completo], venho, respeitosamente, manifestar nosso interesse em [compor o cadastro reserva para fornecimento **OU** assumir o remanescente do contrato], nos termos da referida licitação, conforme alternativa escolhida abaixo:

☐ Tenho interesse em fornecer nas mesmas condições do primeiro colocado, inclusive em relação à marca, modelo e valor.

☐ Tenho interesse em fornecer nas minhas condições e, para tanto, ofereço o valor de R\$ XX,XX, observada a classificação do certame.

Dessa forma, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos e providências necessárias.

Atenciosamente,

[Local e Data]

[Nome do representante legal]

[Cargo]

[Nome da empresa]

[Contato]

MUNICÍPIO DE CASCADEL

SECRETARIA DA SAÚDE

Rua Pernambuco, nº 1900, Centro, Cascavel – PR

Fornecedor:

Endereço:

Cidade:

CNPJ:

Fone:

E-mail:

CEP:

I.E.:

UF:

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS

Item	Qtde	Apres.	Descrição	Custos com Mão de Obra	Custo com Materiais	Outros. Quais?	Custo Unitário Total	Preço Unitário	Margem de Lucro	Percentual de Margem de Lucro
1	12	UND	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA ELEVADOR DE PASSAGEIROS COM 4 PARADAS E CAPACIDADE DE ATÉ 600 KG, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 150,00	R\$ 300,00	R\$ 150,00	50,00%

Obs: Os valores informados são hipotéticos, cabendo cada empresa licitante apresentar os seus custos para composição do valor da proposta.

Cidade, UF, ____/____/____.

Responsável pela emissão da Planilha de Custos

Termo de Contrato

Serviços sem Dedicção Exclusiva de Mão-de-obra

(Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021)

(Processo Administrativo nº 8404/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
CASCADEL/PR POR INTERMÉDIO DO MUNICÍPIO DE
CASCADEL E

O Fundo Municipal de Saúde de Cascavel, com sede na Rua Pernambuco nº 1.900, na cidade de Cascavel/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.051.532/0001-22, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde Sr. Ali Hassan Haidar, brasileiro, portador da matrícula funcional nº 23.847-1 residente e domiciliado nesta cidade, por intermédio do Município de Cascavel, neste ato representado pelo Prefeito do Município de Cascavel, Sr. Renato Silva, brasileiro, portador da matrícula funcional nº 34.702-1, residentes e domiciliados nesta cidade, doravante denominados CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa para realizar manutenção preventiva e corretiva do elevador “Thyssenrupp, localizado no CAE - Centro de Atenção Especializada**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

2						
3						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3. Por se tratar de um contrato por escopo, o prazo de vigência poderá ser prorrogado automaticamente, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.6. Nos casos em que a prorrogação automática de que trata o item 2.3 for efetivada, o contratante deverá formalizar o aditivo contratual, com a assinatura pelo contratado, a anotação do novo prazo de vigência e a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas".

2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 05 de fevereiro de 2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do(s) índice(s) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

MUNICÍPIO DE CASCADEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

MUNICÍPIO DE CASCADEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

8.9. Cientificar a Controladoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#));

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

MUNICÍPIO DE CASCADEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

MUNICÍPIO DE CASCADEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

MUNICÍPIO DE CASCADEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII e XIII](#))

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. As sanções administrativas são aquelas previstas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

MUNICÍPIO DE CASCADEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cascavel/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Cascavel, PR, [dia] de [mês] de [ano].

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ALI HASSAN HAIDAR

SECRETÁRIO DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CASCADEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

MUNICÍPIO DE CASCADEL

RENATO SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

CASCADEL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de empresa legalmente estabelecida, especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores de passageiros, com fornecimento de mão de obra, peças e componentes necessários para execução dos serviços no CAE – Centro de Atenção Especializada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso I do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG)

A Contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva de elevador com fornecimento de mão de obra, peças e componentes necessários para execução dos serviços no CAE – Centro de Atenção Especializada tem por finalidade atender ao CAE no que tange à manutenção do elevador em sua instalação predial. Esse equipamento necessita de manutenção periódica e constante, de forma a garantir a funcionalidade do edifício de acordo com as variadas necessidades do Serviço, com influência direta no desempenho e na produtividade dos servidores, ali lotados, e na acessibilidade dos usuários e terceiros que acessam o local.

A prestação de serviço técnico de manutenção preventiva e corretiva no elevador, justifica-se para mantê-lo em perfeito funcionamento e assim preservar a segurança e integridade de todos os seus usuários. Além disso, conforme a Norma ABNT NBR 9050, a acessibilidade aos edifícios deve ser garantida às pessoas portadoras de necessidades especiais, o que significa que é essencial que esses equipamentos estejam sempre operantes.

Ressalta-se que o plano de ação e metas da Secretaria Municipal de Saúde para 2022-2025, contém as diretrizes, objetivos, metas e indicadores para ampliação e/ou qualificação das prioridades com ações voltadas à adequação do espaço físico para atender as normas de acessibilidade.

2 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso II do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG)

Este Estudo Preliminar se refere a contratação de empresa legalmente estabelecida, especializada na

33-0
prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores de passageiros, com fornecimento de mão de obra, peças e componentes necessários para execução dos serviços no CAE.

2.1 CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO POR GRUPO**.

2.1.1 O desconto concedido sobre os itens peças (item 02), deverá ser expressamente registrado na Nota Fiscal, tendo como base a tabela referencial adotada pela Administração ou, na ausência desta, sobre o preço médio praticado no mercado ou pelo menor preço cotado, devidamente justificado por pesquisa de preços realizado pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE de forma complementar, em conformidade com o disposto no art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme previsto neste termo e/ou Estudo Técnico Preliminar.

2.1.2 A proposta de preços deverá ser apresentada conforme o modelo a ser anexado ao Termo.

2.1.3 Justificativa para Aglutinação de Itens

A aglutinação dos itens neste processo justifica-se por conta do caráter do objeto, onde a empresa prestadora do serviço deverá avaliar e orçar eventuais despesas com peças, a qual também será a responsável pela substituição de peças defeituosas e que possam colocar em risco o funcionamento do elevador e a segurança das pessoas, conforme justificativas a seguir:

a) Natureza Indissociável do Objeto

A prestação dos serviços está diretamente vinculada ao fornecimento das peças, de modo que ambos constituem um único e complexo objeto técnico-operacional. A separação em itens comprometeria a adequada execução contratual, uma vez que haveria risco de incompatibilidade entre peças fornecidas por um fornecedor e os serviços prestados por outro.

b) Maior Eficiência na Gestão Contratual

A contratação por lote facilita a administração do contrato, reduzindo a necessidade de múltiplos fiscalizadores e otimizando a comunicação com o fornecedor responsável, além de garantir maior controle e padronização na execução dos serviços e fornecimento dos materiais.

c) Evita Riscos de Execução Fragmentada

A divisão do objeto em itens distintos pode gerar prejuízos à eficiência e continuidade dos serviços, dificultando a responsabilização por falhas ou atrasos, especialmente em casos que exijam agilidade na substituição de peças e realização de manutenções urgentes.

32

d) Economia de Escala e Proposta Mais Vantajosa

A contratação por lote permite ao licitante planejar de forma integrada os custos de peças e serviços, podendo oferecer proposta mais vantajosa à Administração Pública, além de garantir maior competitividade entre os participantes.

e) Previsão Legal

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 32, §1º, permite expressamente a adoção de julgamento por lote quando tecnicamente justificado, como no presente caso, em que se demonstra a interdependência técnica e funcional entre os serviços e os materiais a serem fornecidos.

2.1.3.1 Da Conclusão

Vale ressaltar que essa tem sido a prática do mercado de manutenção de elevador, e a separação dos itens poderá tornar o serviço ineficaz e prejudicar a eficiência da contratação por trazer a possibilidade de incompatibilidades entre as peças orçadas e entregues para com o serviço a ser realizado, podendo ocasionar perda de padronização e baixa qualidade do serviço. Dessa forma, diante dos aspectos técnicos, operacionais e legais, resta plenamente justificada a adoção do critério de julgamento por grupo, em atendimento ao interesse público, à economicidade e à eficiência da contratação.

2.2 VIGÊNCIA DO CONTRATO

Para atender à demanda do Serviço através de contrato contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra, pelo período de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do art. 107, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.3 DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório. Entretanto, será admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato de Prestação de Serviços.

2.4 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista no artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que tal exigência poderá elevar demasiadamente o preço dos serviços.

2.5 GARANTIA DOS SERVIÇOS

O prazo de garantia dos serviços de manutenção prestados durante a vigência do Contrato deverá ser de 90 (noventa) dias após seu término.

Para os materiais empregados na execução dos serviços deverá ser observada a garantia do fabricante.

2.6 VISTORIA

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, sendo facultado à empresa interessada em participar desta contratação realizar vistoria para melhor elaboração de sua proposta, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08:30 horas as 12:00 horas e das 14:00 horas as 16:30 horas, com agendamento através do número de telefone do CAE (45) 3902-1148, com prazo máximo de 2 (dois) dias úteis anteriores, contados da data marcada para a sessão pública.

Não serão aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições e do local de execução dos serviços.

2.7 NORMATIVOS QUE NORTEIAM A CONTRATAÇÃO

2.7.1 Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas)

- ABNT NBR 9050:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- ABNT NBR 12892:2022 – Elevadores unifamiliares ou de uso restrito à pessoa com mobilidade reduzida – Requisitos de segurança para construção e instalação;
- ABNT NBR 14712:2013 – Elevadores elétricos e hidráulicos – Elevadores de carga, monta-cargas e elevadores de maca – Requisitos de segurança para construção e instalação;
- ABNT NBR 16083:2012 – Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes – Requisitos para instruções de manutenção;
- ABNT NBR 16858-7:2022 – Elevadores – Requisitos de segurança para construção e instalação – Parte 7: Melhoria da segurança de elevadores de passageiros e elevadores de passageiros e cargas existentes;
- ABNT NBR NM 313:2007 – Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência.

2.7.2 Normas Internacionais

- ISO 4190:2010 – Estabelece requisitos gerais para a segurança de elevadores e escadas rolantes;
- ABNT NBR ISO 9386-1:2013 – Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com

13)

mobilidade reduzida — Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional – Parte 1.
Plataformas de elevação vertical.

2.7.3 Legislação Específica:

- Lei Federal 10.098/2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Decreto Federal nº 5.296/2004 – Regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade;
- Norma Regulamentadora NR 12 – Estabelece medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores em máquinas e equipamentos, incluindo elevadores.

Além de demais normas pertinentes a manutenção de elevadores e plataformas para P.M.R. e suas atualizações, inclusive normas internacionais mais adequadas à situação, de entidades reconhecidas.

2.8 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.8.1 Manutenção Preventiva:

A manutenção preventiva refere-se aos procedimentos realizados periodicamente para evitar falhas ou defeitos em qualquer equipamento.

2.8.1.1 Frequência de Execução:

- Elevadores de Passageiros: manutenção mensal;
- Inspeção visual e funcional dos componentes principais, conforme normas;
- Lubrificação de partes móveis;
- Verificação e ajuste de sistemas de controle e segurança.

2.8.2 Manutenção corretiva

A manutenção corretiva tem como objetivo reparar todos os defeitos, falhas e irregularidades detectadas, restabelecendo o pleno funcionamento dos equipamentos. Isso inclui a substituição de peças defeituosas e faltantes. A necessidade dessa manutenção pode surgir de problemas mecânicos, elétricos, desgaste natural do equipamento ou manuseio inadequado pelo usuário.

A manutenção corretiva atenderá às solicitações do contratante quantas vezes forem necessárias, sem custo adicional, sempre que houver paralisação do equipamento, funcionamento inadequado, ou necessidade de recuperação, substituição de peças, ou correção de defeitos que prejudiquem o funcionamento dos equipamentos.

2.8.2.1 As principais características da manutenção corretiva incluem:

- Atendimento rápido a chamados, com tempo máximo de resposta de 24 (vinte e quatro) horas;
- Substituição de peças danificadas ou desgastadas conforme normas;
- Reparo de componentes elétricos, eletrônicos e mecânicos.

2.8.3 Atendimento Emergencial:

- Disponibilidade até as 19:00 horas de segunda a sexta-feira;
- Tempo máximo de resposta para atendimentos emergenciais;
- Imediato com pessoas presas em seu interior;
- Uma hora sem pessoas presas em seu interior.

2.8.4 Relatórios Técnicos:

- Elaboração de relatórios/fichas técnicas após cada visita de manutenção;
- Registro de atividades realizadas, problemas identificados e medidas adotadas.

2.8.5 Peças de Reposição e Componentes:

A execução será realizada conforme a necessidade identificada e autorizada pela fiscalização, após aprovação do orçamento apresentado pela Empresa. As seguintes diretrizes devem ser observadas:

- Apresentar um relatório detalhado explicando a necessidade de substituição;
- Utilização de peças originais ou de qualidade equivalente;
- Corrigir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os serviços que, após a entrega e aceite, venham a apresentar defeitos durante o prazo de garantia do fabricante.

2.9 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

2.9.1 Da Justificativa para Solicitação de Qualificação Técnica:

A exigência de qualificação técnica específica justifica-se pela alta relevância do objeto, visto que os elevadores são equipamentos de transporte vertical que envolvem risco direto à integridade física de servidores, usuários e terceiros. A necessidade de manutenção preventiva mensal e corretiva imediata objetiva garantir o perfeito funcionamento, a acessibilidade e a continuidade das atividades no CAE, exigindo empresa com capacidade comprovada e profissionais habilitados (CREA), conforme legislação de segurança e normas técnicas vigentes (ABNT/NBR).

A Licitante deverá apresentar:

2.9.2 Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que ateste(m) que a licitante executou ou está executando atividades pertinentes e compatíveis com o objeto;

2.9.2.1 Buscando justificar o pedido de capacidade técnica como forma de qualificação técnica

com o intuito de resguardar o Município e aos usuários do SUS que são atendidos no CAE, informamos que a presente solicitação não se trata de uma mera exigência formal, conforme dispõe no art. 12, inciso III da lei 14.133/21, mas sim de uma medida necessária para que o Município de Cascavel possa contratar empresas de procedência, de tal modo que possa realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da melhor forma possível, e, com isso, reduzir/afastar riscos à vida das pessoas e também prejuízos desnecessários decorrentes da má execução do serviço.

2.9.3 Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da empresa junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia);

2.9.3.1 Justifica-se a solicitação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica (PJ) junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) tendo por fundamento a obrigatoriedade legal a necessidade de regularidade técnica da empresa para atuar no mercado de engenharia, agronomia, geologia, geografia ou meteorologia.

2.9.4 Certificado de registro de profissional junto ao CREA, conforme Art. 6º e Art. 8º, inciso II, da Resolução nº 336/1989 do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia);

2.9.4.1 A exigência de certificado de registro do profissional de nível superior responsável técnico da empresa junto ao CREA está prevista na legislação referente ao exercício das profissões que possuem atribuição para desempenhar as atividades relacionadas a obras e serviços técnicos profissionais e basicamente, a pessoa jurídica não pode desenvolver qualquer atividade sem a participação da pessoa física, representada pelos profissionais devidamente credenciados;

2.9.4.2 Entre a legislação que trata desse assunto, cita-se os Art. 1º, 6º, 7º e 8º da Lei nº 5.194/1966, que regulamenta o exercício das profissões de engenheiro e engenheiro agrônomo; os Art. 1º e 3º da Lei nº 6.496/1977, que institui a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART); os Art. 2º e 3º da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, que dispõem sobre a ART e o Acervo Técnico Profissional; os Art. 6º e 8º da Resolução CONFEA nº 336/1989, que dispõem sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais;

2.10 DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

2.10.1 Do equipamento:

O elevador está instalado no Edifício: Dayane Cristinna da Silva, endereço: Rua Pernambuco, Nº 188, Centro, Cascavel/PR.

2.10.1.1 Características:

- Quantidade: 01

U4-V

- Capacidade: 600 kg ou 8 pessoas
- Velocidade nominal: 60 m/min ou 1,00 m/s
- Número de paradas: 4
- Número de entradas: 4
- Pavimentos: -1, 0, 1, 2
- Destinação: Residencial
- Passageiros
- Percurso Total: 9,2 M

2.10.1.2 Dimensões básicas da caixa de corrida:

- Dimensões Internas. Largura: 1,7 m
- Profundidade: 1,95 m
- Última Altura: 3,82 m
- Profundidade De Poço: 1,3 m

2.10.1.3 Linha:

- Frequencydyne: Acionamento em corrente alternada com variação de voltagem e variação de frequência (V.V.V.F.)
- **Estratégias De Atendimento:**
- Automático coletivo Seletivo na descida

2.10.1.4 Cabina:

- One: Painéis em chapa de aço inoxidável, com acabamento polido e escovado. Subteto em acabamento branco com iluminação LED.
- Dimensões Nominais (LxPxH): 1,1 x 1,4 x 2,2 m.
- Piso: Rebaixado em 30 mm para acabamento por conta do(a) comprador(a).

2.10.1.5 Porta da Cabina:

- Tipo: Abertura Lateral Direito.
- Operador De Porta: Corrente alternada com variação de voltagem e variação de frequência (V.V.V.F.)

2.10.1.6 Pavimento:

- Porta de pavimento: Dimensões (LxH): 0,80 x 2,00 m.
- Tipo: abertura lateral direito

2.10.1.7 Acabamento:

- Pintado cinza marco largo

2.10.1.8 Sinalizações:

- Botões de chamada de cabina, botões de chamada de pavimento, indicadores de posição e direção do elevador na cabina e indicadores de posição e direção do elevador nos pavimentos todos na cor azul.

2.10.1.9 Características gerais do grupo 1:

- Synergy one.

2.10.2 Da Execução:

Os serviços a serem realizados no ELEVADOR/HOME LIFT são:

- Efetuar a limpeza, regulagem, ajuste e lubrificação do(s) equipamento(s) e o teste do instrumental elétrico e eletrônico, para segurança do uso normal das peças vitais, tais como: Máquina de tração, coroa sem fim, polia de tração e desvio, freio, motor de tração, regulador de velocidade, chaves e fusíveis (exceto do quadro de força) na casa de máquinas, quadro de comando, fusíveis e conexões, relés e chaves, fita seletora, aparelho seletor, iluminação da cabina, botoeiras e sinalização de cabina, seguranças, corrediças da cabina e contrapeso, aparelho de segurança, chave de indução, placas ou emissores, receptores, cabina (placa, acrílicos e piso), guias e braquetes, contrapeso, limites de curso, correntes ou cabos de compensação, cabos de tração e de regulador, fechos hidráulicos e eletromecânicos, portas, carrinhos, botoeiras de pavimentos e sinalizações, nivelamentos, pavimentos, para-choques, polia do regulador de velocidade, bomba hidráulica, bloco de válvula, vedações do sistema hidráulico, mangueiras e tubulações hidráulicas.
- O serviço de manutenção deverá ser realizado em elevador do tipo informado a seguir:

Número	Equipamento	Fabricante	Linha	Destinação	Capac. (kg)	Paradas	Velocidade
143213	Elevador	ThyssenKrupp	FDN	RES	600	4	60,00 (m/min)

- O início do serviço deverá ocorrer em até 05 dias após o recebimento da Nota de Empenho pela Empresa, podendo este prazo ser alterado mediante comprovada necessidade da contratante, considerando a impossibilidade na interrupção da prestação do serviço. Os serviços de manutenção preventiva poderão ser realizados concomitantemente com os serviços de manutenção corretiva.
- A empresa deve arcar com todas as despesas decorrentes da contratação, como equipamentos

55 V

necessários à execução dos trabalhos, além dos encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe, ainda, a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, bem como por quaisquer danos, imperícia, negligência, imprudência, desrespeito ou prejuízos porventura causados a terceiros e ao contratante pelos mesmos.

- Os serviços deverão ser executados em dias úteis, no horário de expediente comercial, com plantões diários para manutenção corretiva até as 19 (dezenove) horas.
- Para chamadas de urgência o técnico deverá comparecer no prazo máximo de 01 (uma) hora após a chamada.
- Em caso de passageiro preso, o atendimento deverá ser imediato.
- Os funcionários da contratada deverão estar aptos, conforme normas de segurança do trabalho, utilizando equipamentos de segurança adicionais fornecidos pela empresa, de acordo com a necessidade.
- Os funcionários da contratada deverão estar uniformizados e identificados quando da prestação do serviço.
- Emitir mensalmente Relatório Técnico dos serviços realizados, devendo enviá-lo ao fiscal de contrato, vinculando este ao pagamento mensal acertado.
- Instruir, quando necessário, funcionários do CAE quanto à operação das máquinas e equipamentos, com vistas a obter melhor produtividade, durante a vigência do contrato.
- Sinalizar ou isolar (conforme o caso) convenientemente, durante as manutenções preventivas e/ou corretivas, o local, a área ou o equipamento, objetivando a segurança dos funcionários, dos servidores do contratante ou terceiros, bem como adotar todas as medidas preventivas de acidentes recomendadas pela legislação vigente.

2.11 DA SUSTENTABILIDADE

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto devem ser atendidos os seguintes requisitos:

2.11.1 Sustentabilidade Ambiental

- a) Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizáveis e biodegradáveis.
- b) Sempre que possível os componentes antigos ou danificados devem ser reciclados corretamente em vez de descartados em aterros sanitários.
- c) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber.
- d) A contratada deverá empregar materiais e equipamentos que atendam a critérios de

sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental.

e) O descarte de peças e materiais devem estar em observância à política de responsabilidade socioambiental do Órgão.

f) Instalação de energia renovável, se possível, como painéis solares e afins.

g) Observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

h) Observar e seguir o que determina o Guia Nacional de contratações sustentáveis da AGU no que couber.

2.11.2 Sustentabilidade Social

a) A importância da sustentabilidade social consiste no reconhecimento de que o desenvolvimento sustentável não se trata somente de proteger o meio ambiente, mas também a promoção do bem-estar do ser humano e a equidade social. Sendo assim, a sustentabilidade social visa garantir que todas as pessoas tenham acesso igualitário a recursos, oportunidades e direitos básicos, promovendo assim uma sociedade mais justa e inclusiva em relação aos atendimentos realizados à população no Centro de Atenção Especializada, o qual atende idosos, pacientes com comorbidades ou com necessidades especiais, pacientes estes que utilizam o elevador como meio de transporte aos andares superiores.

b) A empresa contratada deverá buscar capacitar os técnicos de manutenção sobre práticas sustentáveis e incentivar a conscientização ambiental, a qual pode levar a uma abordagem mais responsável e ecoeficiente por parte dos colaboradores na realização das suas atividades laborais.

c) Disponibilização de lote exclusivo para MEI/ME/EPP, com intuito de fomentar o crescimento sustentável das empresas participantes e promover a geração de empregos a longo prazo;

d) Deve ser priorizado no emprego do serviço licitado, materiais, equipamentos de origem local, para a execução e manutenção.

e) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços, buscando evitar acidentes de trabalho.

f) Incentivar o uso consciente do elevador, como preferir escadas para distâncias curtas com intuito de contribuir com a redução do consumo de energia.

g) Promover a conscientização sobre a importância da eficiência energética e das práticas sustentáveis em edificações para criar uma cultura mais responsável em relação ao uso de elevadores e à preservação do meio ambiente.

h) Promover acessibilidade e a inclusão de pessoas com mobilidade reduzida.

2.11.3 Sustentabilidade Econômica

- a) Os serviços deverão ser planejados e executados visando à economia da manutenção e operacionalização, na redução do consumo de energia, bem como na utilização de equipamentos e materiais, que reduzam o impacto ambiental.
- b) Realização de manutenção preventiva com intuito de manter os equipamentos em funcionamento satisfatório e evitar a geração de custos decorrentes da necessidade de manutenções corretivas.
- c) Se prevenir contra a possibilidade de sanções administrativas e financeiras decorrentes da falta de acessibilidade à população com mobilidade reduzida decorrentes da paralisação do elevador.
- d) Uma vez que o bem se encontra imobilizado nas dependências do imóvel locado pelo Município, estando este incorporado no valor do imóvel e ao valor pago referente ao aluguel mensal, se torna necessário o serviço de manutenção preventiva e corretiva com intuito de manter o elevador sempre em funcionamento para utilização dos pacientes e servidores necessário, pois, caso contrário, o Município pagaria por um bem sem a sua devida utilização, onerando, deste modo, à Administração e não utilizando os recursos financeiros de forma eficiente e sustentável.

3 CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS

Fundamentação: O catálogo eletrônico de padronização constitui ferramenta informatizada, disponibilizada e gerenciada pela Administração Pública Direta Municipal, com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem contratados pela Administração e que estarão disponíveis para a licitação ou para contratação direta. (inciso II do § 1º do art. 19 da Lei 14.133/2021 e **Portaria 0107/2023 – SEPLAG**)

O Município de Cascavel ainda não possui a ferramenta catálogo eletrônico de padronização, foi realizada consulta ao link: <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>, consultando o catálogo eletrônico do Governo Federal, e verificou-se que o mesmo somente possui os itens água mineral natural, sem gás, café e açúcar. Assim, não atendendo ao objeto desta aquisição, estando justificada a sua não utilização.

4 LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso III do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG)

4.1 Análise da contratação anterior:

A última contratação ocorreu por meio da **Dispensa de Licitação nº 06/2025**, destinada à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do elevador do CAE – Centro de Atenção Especializada, pelo período inicial de 06 (seis) meses, posteriormente prorrogado por igual período.

No que se refere à avaliação de desempenho e qualidade, verifica-se que os serviços foram

52/

executados de forma satisfatória. Contudo, constatou-se a necessidade de previsão de recursos específicos para cobrir eventuais substituições de peças e componentes indispensáveis à adequada manutenção do elevador.

Assim sendo, justifica-se a abertura de novo processo licitatório, considerando que a continuidade da prestação do serviço é essencial, influenciando diretamente o desempenho e a produtividade dos servidores lotados na unidade, bem como garantindo a acessibilidade e a segurança dos usuários e demais pessoas que utilizam as dependências do local.

4.2 Análise das alternativas possíveis

O levantamento de mercado se constituiu em consulta a contratações de serviços de manutenção de elevadores em outras entidades públicas. O levantamento efetuado demonstra que o padrão para a execução dos serviços de conservação e reparo em elevadores é a celebração de contrato de manutenção continuada com empresa especializada sem dedicação exclusiva de mão de obra. Esse padrão pode ser explicado pela necessidade de continuidade desses serviços, assim como em razão do conhecimento técnico necessário para efetuar-los.

Ademais, todos os acordos examinados englobam manutenção preventiva periódica e manutenção corretiva sob demanda e a terceirização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva. Desse modo, de acordo com a justificativa apresentada, esta contratação objetiva a maior acessibilidade, o que viabilizará o atendimento aos usuários com mais eficiência, eficácia e efetividade. Uma vez que a execução de serviço de manutenção preventiva e corretiva de elevadores não se trata de uma atividade-fim da Secretaria que tampouco possui profissionais com a devida capacidade técnica, ao terceirizar a prestação dos serviços o município obterá os seguintes benefícios: Redução de Custos, cumprimento das normas e legislações pertinentes, gestão eficiente dos recursos humanos e financeiros, zelo pelo bem público e uso de tecnologias avançadas.

Diante do exposto, convencionou-se pela terceirização dos serviços, através de pregão eletrônico, para atendimento ao CAE – Centro de Atenção Especializada.

5 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º e inciso IV do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

5.1 DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA SOLUÇÕES COMO UM TODO

Esta contratação concernente à manutenção preventiva, onde o objetivo é a inspeção periódica mensal e otimização do funcionamento do elevador, visando a conservação permanente das condições do equipamento em níveis desejáveis de higiene, aparência visual, conservação do patrimônio e segurança. Já

52-11
com relação à manutenção corretiva, deverá ser procedida à manutenção, reparando, componentes elétrico-eletrônicos, ou mecânicos, necessários e recolocando o equipamento em condições normais.

Manutenção preventiva: deverá ser realizada mensalmente no elevador, independentemente de chamados técnicos de emergência e deverá ser efetuada mesmo que já tenha ocorrido qualquer manutenção corretiva no mesmo período, procedendo-se à inspeção, testes e lubrificação e, se necessário, regulagem e pequenos reparos, a fim de proporcionar funcionamento eficiente e seguro.

Manutenção corretiva: Deverá ser atendido com presteza qualquer chamado para regularizar anormalidades de funcionamento.

5.2 REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução do contrato será o de **empreitada por preço unitário**, considerando a possibilidade de prorrogação contratual, tendo em vista que o objeto possui natureza continuada. Ademais, a contratação se dará com base nos valores efetivamente pagos à contratada pelos serviços realizados mensalmente, referentes à manutenção preventiva e corretiva, bem como pelas peças efetivamente substituídas, quando necessárias, as quais serão fornecidas sob demanda.

A adoção do regime de empreitada por preço unitário mostra-se a mais adequada, uma vez que tanto a especificação quanto a quantidade de peças a serem substituídas são variáveis e não podem ser previamente determinadas com exatidão no momento da contratação. Dessa forma, esse regime assegura que os pagamentos sejam realizados de acordo com os serviços efetivamente executados e com os quantitativos efetivamente utilizados.

A disputa ocorrerá apenas para o Item 01. O preço ofertado para o Item 02 deverá permanecer fixo, uma vez que o valor apresentado se destina a cobrir despesas com peças, produtos e acessórios que eventualmente necessitem de substituição.

5.3 MODELO DE EXECUÇÃO

Envio de Orçamento Prévio

5.3.1 A CONTRATADA deverá encaminhar previamente à CONTRATANTE o orçamento detalhado para execução da manutenção em até 24 (vinte e quatro) horas, contendo a descrição de todos os serviços a serem prestados, bem como os insumos e peças que eventualmente serão utilizados.

Análise e Aprovação do Orçamento

5.3.2 Quando a execução de manutenção corretiva ou preventiva implicar na necessidade de substituição de peças, a contratada deverá encaminhar ao fiscal do contrato e/ou ao servidor designado pela SESAU, no mínimo 02 (dois) orçamentos referentes às peças a serem substituídas, sendo um orçamento emitido pela CONTRATADA já com a inclusão do desconto concedido na licitação, se este for

o caso, e outro orçamento emitido por uma terceira empresa para comprovação dos valores praticados no mercado.

5.3.3 Após o recebimento do orçamento, caberá à Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Equipe de Fiscalização de Contrato, procederá com a análise técnica e administrativa da proposta, podendo aprová-la, rejeitá-la ou devolvê-la à CONTRATADA para ajustes em até 48 (quarenta e oito) horas, no exercício de sua discricionariedade administrativa e em conformidade com o interesse público.

5.3.4 A Administração poderá, como critério complementar de análise, adotar o cálculo da média dos valores válidos ou considerar o menor valor orçado, desde que devidamente justificada a sua exequibilidade e compatibilidade com os preços de mercado, especialmente nos casos em que houver uma discrepância superior a 50% (cinquenta por cento) entre os orçamentos apresentados e o menor valor cotado.

5.3.5 Caberá ao fiscal do contrato e/ou ao servidor designado proceder à análise dos orçamentos apresentados, especialmente quanto à compatibilidade do menor valor com os preços praticados no mercado. Verificada a conformidade, será autorizada a execução do serviço.

5.3.5 Na hipótese de não aprovação dos orçamentos apresentados, o fiscal do contrato ou servidor designado deverá formalizar a devolutiva à contratada, acompanhada de orçamento referencial obtido pela SESAU, para fins de readequação dos valores propostos, de modo a compatibilizá-los com os preços de mercado.

5.3.6 Após a devida readequação, a contratada deverá reapresentar os orçamentos, os quais serão submetidos à análise e aprovação da Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio do setor responsável.

Execução e Agendamento dos Serviços

5.3.7 A execução dos serviços deverá ocorrer no prazo e no cronograma previamente acordados com a CONTRATANTE, de forma a não interferir no funcionamento das atividades institucionais da Secretaria. Eventuais alterações deverão ser justificadas pela CONTRATADA e aprovadas previamente pela fiscalização designada.

18-1

6 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala. (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso V do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG)

O quantitativo de serviço requisitado leva em consideração o atendimento das necessidades da Secretaria de Saúde, dentro de um período de 12 meses. A estimativa dos serviços e de utilização de Recurso para a reposição anual de peças e componentes a serem adquiridos e sua provável utilização foi baseada em função dos valores gastos durante o ano de 2025.

ITEM	DESCRIÇÃO	APRES.	QTDE	PREÇO UNIT.	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva para elevador de passageiros com 4 paradas e capacidade de 600 kg.	UND	12	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00
2	Gastos com eventuais substituições de peças e componentes para manutenção de elevador.	UND	1	R\$ 5.500,00	R\$ 5.500,00
TOTAL					R\$ 8.500,00

7 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação. (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e inciso VI do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG)

A estimativa de preços ou preços referenciais será de R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais), as fontes consultadas para obtenção do valor foram o contrato Administrativo nº 21/2025 decorrente da Dispensa de Licitação nº 06/2025 e os valores gastos com peças e componentes durante o ano de 2025.

8 JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG)

Não será necessário o parcelamento da solução neste processo, uma vez que a Empresa será contratada para a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de elevador.

9 CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VIII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG)

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

10 DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL.

Fundamentação: Identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão. (Art. 12, inciso VII da Lei 14.133/21 e inciso IX do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG)

O objeto desta contratação está prevista na Intenção de Compra nº 401/2026 e informamos que o referido processo não se encontra no Plano Anual de Compras, pois o Município encontra-se em fase implantação e elaboração do Plano em questão, unificando suas demandas mediante as solicitações das Unidades Administrativas requisitantes em um sistema informatizado, que somadas dão forma ao Plano Anual de Contratações.

11 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso X do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG), bem como em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável.

Possibilitar a acessibilidade e seguridade aos usuários que são atendidos no CAE – Centro de Atenção Especializada, bem como aos servidores que executam suas atividades laborais no Serviço e aos terceiros que acessam o local.

Espera-se uma maior eficiência e economia através da contratação que objetiva zelar pelo bem, sob responsabilidade da administração pública, de modo a manter o funcionamento dos equipamentos de forma ininterrupta. A contratação implicará melhoria da qualidade e segurança dos serviços prestados, para os três segmentos envolvidos: servidores, usuários e terceiros, mediante melhor execução dos serviços contratados, em decorrência dos princípios de eficiência e sustentabilidade, otimização da força de trabalho atrelada à gestão e à fiscalização contratuais, atendimento aos preceitos legais vigentes e o comprometimento com a qualidade dos serviços.

Considerando que a contratação se dará por preço unitário, não será utilizado para a presente contratação Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

12 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou ade-

13-1
quação do ambiente da organização. (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e **inciso XI do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG**).

Visando à adequação do ambiente organizacional de modo a maximizar os resultados esperados com a contratação, a equipe responsável pela elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, destaca em relação a cada um dos itens abaixo:

- I. Infraestrutura elétrica: Não há necessidade de adequações;
- II. Infraestrutura de ar-condicionado: Não se aplica;
- III. Relação ao espaço físico: Não se aplica;
- IV. Estrutura organizacional: Não há necessidade de adequações, será utilizada a estrutura existente. Levando em conta que não há necessidade de adequação, por parte da Secretaria Municipal de Saúde do ambiente do CAE que já se encontra adequado a receber a prestação dos serviços;

Já para o adequado andamento das atividades inerentes ao processo de contratação serão designados Fiscais de Contrato, para encaminhamento à área administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual, manutenção do histórico de gerenciamento do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica.

Gestor do Contrato, para análise e gestão do contrato, reuniões com a empresa contratada, encaminhamento de indicação de sanções para a área administrativa.

13 IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e **inciso XII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG**)

A contratada deverá empregar materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental. O descarte de peças e materiais devem estar em observância à política de responsabilidade socioambiental do órgão. Observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

14 VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21) Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (inciso XIII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG)

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do elevador do CAE – Centro de Atenção Especializada, mostra-se possível tecnicamente e, fundamentadamente, necessária.

Diante do exposto, declara-se a viabilidade da contratação pretendida.

15 INDICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

- Luciana de Paula Pereira Nicaretta, Administradora Hospitalar, matrícula: 35.202-1;
- Mônica Grando Grutzmacher, Enfermeira, Diretora de Atenção à Saúde, matrícula 28.995-1;

16 INDICAÇÃO DE GESTOR DE CONTRATO E FISCAIS

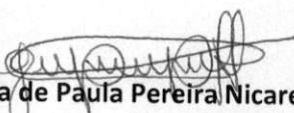
16.1 GESTOR DE CONTRATO


O Gestor de contrato será designado mediante Portaria futura emitida pela Divisão competente.


16.2 INDICAÇÃO DE FISCAIS DO CONTRATO

- Luana Orlandini da Nóbrega, Administradora Hospitalar, matrícula: 29.999-1;
- Mara Lúcia Renostro Zachi, Enfermeira (Gerente de Atenção Especializada), matrícula: 20.377-2;

Cascavel, 22 de janeiro de 2026.


Luciana de Paula Pereira Nicaretta
Administradora Hospitalar/SAAG


Mônica Grando Grutzmacher
Diretora de Atenção à Saúde


Ali H. Haidar
Secretário Municipal de Saúde

MAPA COMPARATIVO DOS PREÇOS PESQUISADOS – I.N. nº 02/2023 – SEPLAG

Lote	ITEM	QTDE	CATMAT/ CATSERV	DESCRIÇÃO DOS ITENS	TKE Elevadores	Banco de Preços			Contrato + IPCA (4,26 %)	RPM Elevadores	Menor valor das pesquisas válidas	Média aritmética das pesquisas válidas	Mediana das pesquisas válidas	Limite de 60%	Variação	Percentual de Variação
1	1	12	16691	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE ELEVADOR	R\$ 930,00	R\$ 586,29	R\$ 615,50	R\$ 403,91	R\$ 260,65	R\$ 320,00	R\$ 403,91	R\$ 481,43	R\$ 586,29	R\$ 646,26	R\$ 164,83	25,51%
	2	1	630774	GASTOS COM EVENTUAIS SUBSTITUIÇÕES DE PEÇAS E COMPONENTES PARA MANUTENÇÃO DE ELEVADOR	R\$ 5.500,00						R\$ 5.500,00	R\$ 5.500,00	R\$ 5.500,00	R\$ 8.800,00	R\$ 3.300,00	37,50%

Justificativa para a escolha da metodologia e desconsideração de valores, quando aplicável:

- Foi utilizado como valor de referência a média aritmética das pesquisas válidas para o item 01, pois com este método é possível identificar uma melhor realidade dos preços praticados no mercado, a qual encontra-se destacada na tabela acima;
- Foi utilizado o Menor Preço para o item 02, visto que apenas uma empresa enviou orçamento para este item, sendo desnecessário a aplicação de média aritmética.
- Foi aplicado o limite de 60% em relação ao menor preço ofertado, buscando evitar itens com sobrepreço ou inexecutable por apresentarem valores incompatíveis com a realidade do mercado, e, consequentemente prejudicar a competitividade do certame;
- Na coluna de percentual de variação é apresentado a porcentagem em que a média aritmética ficou abaixo ou acima do limite de 60% pré-estabelecido, e, caso esteja positivo, indica que o valor de média aritmética ficou abaixo do limite estabelecido;
- O valor de R\$ 260,65 foi desconsiderado por se demonstrar supostamente inexecutable, visto que a empresa RPM Elevadores, atual contratada pelo Município para este serviço, enviou um orçamento com preço estimado de R\$ 320,00, indicando um possível aumento no preço de mercado para este serviço;
- O valor referente ao possível gasto com peças, incluído no processo como item 02, foi levantado pelo Setor Requisitante, o qual utilizou como base os orçamentos emitidos pela empresa RPM para realização da troca de peças no ano de 2025, onde apenas uma empresa enviou orçamento para este item, sendo ela a empresa TKE Elevadores, conforme consta no Mapa Comparativo.

Data: 05/02/26.

De acordo,

Jonatha Azevedo
Matricula nº 30/388-2

Sheila M. E. Vargas
Diretora de Planejamento
Gestão e Finanças

Alt. M. Valder
Secretário de Saúde

Secretária (o) de Saúde

107



MUNICÍPIO DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Portaria nº 01/2026

Dispõe sobre a designação Gestores e Fiscais de Contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, nos termos do Decreto Municipal nº 17872 de 24 de outubro de 2023.

O Gestor da Unidade Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde no uso de suas atribuições e considerando o disposto no artigo 22 e artigo 26 do Decreto Municipal nº 17872/2023, resolve:

Designar os servidores abaixo denominados, para exercerem as funções e atribuições especificadas no Decreto Federal nº 17872/2023, de 24 de outubro de 2023, publicado em Diário Oficial do Município em 09 de novembro de 2023, Edição nº 3635, Caderno 01, Página 05 a 13, o qual "Regulamenta o disposto no § 3º do art.8º da Lei Federal nº 14.133 de 01º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos estores e fiscais de contrato, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta.", consoante a **Contratação de empresa para a manutenção preventiva e corretiva do elevador do CAE - Centro de Atenção Especializada**, iniciada através da **Requisição ao Compras 560/2026**, Processo Administrativo/Digital de Compra nº 8404/2026.

Designação	Nome	Matrícula	Cargo/Função	Assinatura
Fiscal de Contrato	Luana Orlandini da Nóbrega	29.999-1	Administrador Hospitalar	
Suplente de Fiscal de Contrato	Mara Lucia Renostro Zachi	20.377-2	Supervisor de Equipe	
Gestor(a)	Alana Meira Reichert	33.953-2	Agente Administrativo	
Suplente de Gestor(a)	Silvana Machiavelli	18.589-1	Enfermeiro	

Cascavel, 05 de Setembro de 2026

Ali H. Hajdar
Secretário(a) Municipal de Saúde